



AGOSTO 2015

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOCENTES SOBRE ENSINO DE NORMA-PADRÃO

Adriane Mendes de Souza¹

Aguinaldo Pereira²

Resumo: Esse artigo apresenta algumas representações sociais em relação à utilização e ao ensino de norma-padrão, surgidas no discurso de professoras de português do ensino público do Distrito Federal, durante interações em grupo focal para este estudo. Propõe interdisciplinaridade entre a sociolinguística interacional, a análise do discurso e a psicologia social. A aproximação das áreas citadas acima, neste trabalho, deu-se pela similaridade na interpretação do objeto que compõe o conjunto de suas investigações, ou seja, a concepção da linguagem centrada no processo interacional, em uso efetivo da língua, vista na perspectiva da ação social. Apresenta revisão bibliográfica referente à construção de representações sociais, busca estabelecer as bases que fundamentam as representações das colaboradoras, bem como evidencia a influência dessas representações nas práticas docentes delas.

Palavras-chave: Representações sociais, Norma-padrão, Ensino de português.

Title: Social representations of teachers about teaching standard norm

Abstract: This article presents some social representations about the use and teaching of standard norm that developed in the discourse of Portuguese teachers in public schools of the Federal District, during interactions in focal group for this study. It proposed interdisciplinary interactional sociolinguistics, discourse analysis and social psychology. The approximation of the areas mentioned above in this work was given by the similarity in the interpretation of the object that makes up the set of its investigations, in other words, the conception of language-centered interaction process in the effective use of language, seen from the perspective of the social action. It presents literature review for the construction of social representations, seeks to establish the foundations underlying the representations of the collaborators, and reveals the influence of these representations in their teaching practices.

Keywords: Social Representations, Standard Language, Portuguese teaching.

¹ Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e colaboradora da Cespe/UNB. É doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília – PPGL/UNB. e-mail: adrimendes@hotmail.com

² Professor de português/inglês do Instituto Federal de Mato Grosso/ *campus* Confresa IFMT. É doutorando do programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília PPGL/UNB. e-mail: aguinaldo.pereira@cfs.ifmt.edu.br

1 Introdução

A intenção de assegurar que haja mudanças sociais positivas por meio da educação determina que se inclua a percepção dos processos simbólicos revelados na interação educacional. Explicando melhor, para que a pesquisa na área da educação possa produzir resultados mais substanciais, é necessário incorporar "um olhar interacional", ou seja, estudo voltado para a subjetividade do mundo interior na construção do sujeito, e a relação dessa subjetividade com o mundo social.

Vigotsky (2007, p.102,103) afirma que funções mentais superiores organizam o mundo real, sendo mediadoras entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Para o autor, essas funções são socialmente formadas e culturalmente transmitidas, ou seja, por meio da troca com outros sujeitos e consigo próprio, o conhecimento é internalizado e papéis e funções sociais definidas, permitindo, assim, a formação da própria consciência.

Trata-se, portanto, de processo que parte do plano social – relações interpessoais – para o plano individual interno – relações intrapessoais.

Consoante ao pensamento de Vigotsky, Bakhtin (1995, p.121) defende que a personalidade que se manifesta pela projeção do interior de cada indivíduo é o resultado da inter-relação construída socialmente. Assim, discorre que as faculdades psicológicas e as expressões do sujeito formam-se no espaço social, desde o caminho percorrido nos processos mentais até a sua materialização exterior.

Dessa forma, quando uma manifestação mental se concretiza como enunciado, em determinado contexto comunicativo, reflete a orientação social à qual se encontra subordinada, em complexa adaptação do uso ao ambiente e aos interlocutores reais.

O interesse investigativo em relação às representações de atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de português fundamenta-se na expectativa de compreender como se estabelece a realidade escolar dessa disciplina a partir da visão que o professor tem das normas que compõem a língua e da função social exercida por eles.

Os estudos de representações sociais demonstram ser caminho promissor na obtenção de bons resultados na busca por compreensão mais ampla do processo educacional, pois evidencia a atuação do imaginário social sobre pensamentos e ações de pessoas e grupos, permitindo que reflexões sejam estimuladas. Assim, a pretensão de investigar como se formam e como entram em funcionamento os sistemas de referência utilizados pelos professores para interpretar os acontecimentos e ações que permeiam suas práticas pedagógicas é essencial, porque nesse procedimento o docente confere significado às próprias ações rotineiras no ambiente escolar.

Na concepção de Moscovici (2007, p.54), as representações assumem função importante no plano da construção da realidade quando se postula a necessidade de estabelecer intercâmbio entre o mundo simbólico e os objetos, pois aquelas são uma tentativa constante de equilíbrio entre um objeto externo que se insere pela primeira vez em nosso campo de visão e o nosso universo interior.

A partir das primeiras postulações de Moscovici, o conceito de representação veio demonstrar que, para penetrar no universo do sujeito ou do grupo, determinado objeto passa por uma série de relações, articulações e movimentações com outros

objetos já existentes, assimilando propriedades e as acrescentando às próprias, tornando-se familiar, transformando e sendo transformado por esse movimento.

Com estreitas relações com a linguagem, a ideologia, o imaginário social e, principalmente, por desempenhar relevante papel na organização da maneira de agir nas práticas sociais, o estudo das representações constitui elemento essencial à análise dos mecanismos que produzem interferência nos efeitos do processo educativo.

A atração pelas metodologias qualitativas e a ampliação do interesse pelo papel do simbólico na instrução das ações humanas parecem ter auxiliado a abertura de espaços para o estudo das representações sociais. Verificamos que, em anos recentes, vasto número de trabalhos de pesquisa tem surgido nessa área, sendo possível a afirmação de que o estudo pioneiro de Moscovici (2007) constituiu-se em novo paradigma na psicologia social, pois projetou as bases conceituais e metodológicas que desenvolveriam os debates e aprofundamentos subsequentes.

2 Metodologias qualitativas

Métodos e teorias qualitativas constituem os fundamentos da pesquisa desenvolvida. A escolha pela abordagem qualitativa deve-se à busca pela interpretação em oposição à mensuração quantitativa. O ponto central das investigações qualitativas é a busca da compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações.

Por meio de técnicas etnográficas, caracterizadas pela interação com o pesquisado e pela formação de grupos focais, fundamentamos a descrição das ações e representações dos atores sociais, reconstruindo sua linguagem, interpretando o discurso e os significados criados e recriados no dia a dia do fazer pedagógico de cada um e, pelas características da etnografia, a ênfase aconteceu no processo da pesquisa e não nos resultados finais. A preocupação maior foi voltada para o significado, para a maneira como os participantes veem a si mesmos, as suas experiências e o mundo que os cerca, cabendo aos pesquisadores a tentativa de apreender e retratar a visão dos colaboradores, buscando os significados atribuídos por eles às suas ações e interações, procurando ser fiel a seus relatos e fazendo sempre reflexão conjunta para que as transcrições traduzam o ponto de vista dos atores, pois, ainda que os dados passem pelo filtro subjetivo do pesquisador, temos consciência de que, na busca das significações do outro, é necessário ultrapassar nossas próprias crenças e valores, admitir outras visões e concepções de mundo e voltar-se para os valores e os significados culturais dos pesquisados

3 A atuação nas práticas sociais

A teoria das representações sociais baseia-se no conhecimento do homem sobre si mesmo, suas ações e manifestações na vida da organização social cotidiana.

Goffman (2009, p29) utiliza o termo representação para se referir a toda atividade que ocorre em determinado período marcado pela presença constante de ator social diante de grupo particular de observadores sobre o qual exerce alguma influência, designando como “*fachada*” a expressividade, *do tipo padronizado*, utilizada pelo sujeito durante sua representação de maneira proposital ou inconsciente.

O autor (2009) observa que nas ações cotidianas os observadores fundamentam-se em estereótipos, facilitando o convívio social. No lugar de manter distintos padrões e expectativas de respostas para cada ator e representação, ligeiramente diferentes das experiências vivenciadas, pode-se fixar a situação em ampla categoria na qual se encontram convencionada os saberes anteriores acionados para acomodação da disposição atual.

Moscovici (2007, p.61) defende que uma ideia ou objeto, ao serem comparados com o paradigma de determinada categoria, assumem características desta e são remodelados para se enquadrarem a ela. Essa constitui maneira de garantir minimamente coerência entre aquilo que se conhece e aquilo que é desconhecido, ou seja, configurando processo de ancoragem para classificar e nomear alguma coisa.

Foucault (1999, p.53) observa que outrora a linguagem associava-se imediatamente às coisas que ela nomeava e assegura que, se na atualidade essa realidade não é mais posta, não significa que por isso a linguagem esteja *separada do mundo; continua, sob uma outra forma, a ser o lugar das revelações e a fazer parte do espaço onde a verdade, ao mesmo tempo, se manifesta e se enuncia*.

Para Moscovici (2007, p.66), coisas que não suportam classificação ou nome são esquisitas e intimidadoras, por isso se experimenta resistência ou distanciamento quando não se consegue avaliar nem descrever algo para si próprio ou para os outros, assim, classificar constitui processo de comparação com determinado protótipo.

Foucault (1999, p.137) estabelece que o cerne da representação está no ato de nomear:

Nomear é, ao mesmo tempo, dar a representação verbal de uma representação e colocá-la num quadro geral. Toda a teoria clássica da linguagem se organiza em torno desse ser privilegiado e central. Nele se cruzam todas as funções da linguagem, pois é por ele que as representações podem vir a figurar numa proposição.

Dessa maneira, pode-se afirmar que qualquer transformação social só se torna possível quando há mudança nas representações.

Usando metáfora teatral, Goffman (2009 p.25) afirma que um indivíduo desempenha papéis sociais e, ao fazê-lo, requisita de seus observadores a atribuição de seriedade à impressão da realidade mantida perante eles, ou seja, os atores desejam que os espectadores acreditem no personagem visto e nos atributos que aparentam possuir.

Assim, temos, em um extremo, ator inteiramente convicto de que a encenação representada é a própria realidade, quando o público está também convencido a respeito do espetáculo em encenação.

Contudo, pode acontecer de o ator não estar completamente convencido de sua prática. Essa possibilidade é aceitável, porque ninguém está em melhor condição de observação e avaliação do espetáculo senão aquele que encena.

Adicionado a isso, algumas vezes o ator pode conduzir a convicção de seu público apenas como meio para atingir fins diversos, não se interessando pela opinião dos outros a seu respeito, ou mesmo a respeito da situação. O sujeito que assim age, não acreditando na própria atuação nem se interessando pela crença de seu público, pode ser denominado como “cínico”, sendo o termo “sincero” reservado àqueles que creem na representação gerada por sua encenação (GOFFMAN, 2009, p. 25,26).

Ainda segundo esse autor, o desempenho que os atores apresentam diante dos outros tenderá a incorporar e a exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela comunidade, e a prática ressaltante desses valores oficiais, mais que a própria ação individual, está relacionada à maioria das sociedades estratificadas tendentes a idealizar padrões sociais dos estratos elevados, sendo que essa idealização reflete a busca daqueles que ocupam posições subalternas pelas posições mais elevadas.

Esse desejo não se aplica apenas à ocupação de determinado lugar de prestígio social, mas também ao posto venerado dos valores comuns socialmente sacramentados. A movimentação em direção ao ápice da pirâmide social requer atuações em conformidade com as expectativas dos ocupantes desse local, sendo os esforços para galgar os degraus sociais e a luta para se evitar a descida expressos pelos sacrifícios adotados para preservação da *fachada* (GOFFMAN, 2009, p. 41).

O discurso docente expressa essa representação como ideal a ser perseguido pelos alunos quando enfatiza o uso de certa norma de linguagem disseminada e prestigiada pela classe dominante dentro da sociedade. O domínio de determinada norma que, para o inconsciente coletivo, representa instrumento de acesso e permanência junto à elite constituída, torna-se impositivo pela força da representação.

O excerto abaixo, gerado da entrevista com professoras colaboradoras desta pesquisa, exemplifica com bastante propriedade a presença dessa representação:

341. **ANITA³:** aí eu falo pra eles não adianta eu, eu usar é, é esses termos assim pro... que vocês vão chegar lá no na, na, no... no PAS o ano que vem, que eu dou aula pra oitava série, vocês vão chegar no PAS, vocês vão... as provas, elas não vão vir assim com essa le..., com essa linguagizinha aguinha com açúcar que vocês tão acostumados.

342. **TARSILA:** mas é aí que eu penso, viu? É... porque em relação a sua pergunta, que eu respondo que nós não podemos também... nos resumir ao que eles já sabem, nós temos que especular a curiosidade, levar, especular a curiosidade deles e aí que entra a questão quando eu falo pra eles: gente, cadê o dicionário?

Assim, no excerto selecionado, a utilização de linguagem não representativa da maioria da população configura-se como mecanismo de seleção, como o que permite a entrada nas universidades e órgãos públicos, estabelecendo quem tem condições de iniciar a escalada rumo às posições superiores da sociedade.

³ Por recomendações éticas, os pesquisadores devem remover, o quanto antes, informações que possam ser utilizadas para identificação dos participantes, preservando-se desta forma traços que possam revelar a identidade dos colaboradores da pesquisa. Dessa forma, as identidades das professoras encontram-se preservadas pelo uso de pseudônimos de pintoras famosas, a saber: Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Frida Kahlo, Gabriela Mistral e Fani Bracher. Essa escolha deu-se pela representação que permite associar o ofício de ambas as profissões envolvidas, pois assim como as pintoras procuram expressar o universo pessoal pela arte, colocando sobre suas telas todo o colorido que extraem da relação com o mundo, as participantes deste estudo mostram-se empenhadas, pela arte educacional, em tornar o mundo mais bonito e melhor para se viver. Esclareço, ainda, que a escolha foi negociada com as participantes.

3.1 Construção discursiva de representações sociais: diálogo com múltiplas ciências

A proposta de estudo interdisciplinar na investigação das representações fundamenta-se pela dificuldade em estabelecer fronteiras distintas em pesquisas dessa natureza, bem como pela possibilidade complementar capaz de proporcionar ampliação da visão do objeto pesquisado. Dessa forma, para o objetivo que pretendemos alcançar, propomos diálogo entre a sociolinguística interacional, a análise do discurso e a psicologia social.

A aproximação das áreas citadas acima, neste trabalho, deu-se pela similaridade na interpretação do objeto que compõe o conjunto de suas investigações, ou seja, a concepção da linguagem centrada no processo interacional, em uso efetivo da língua, vista na perspectiva da ação social. Entendimento de língua que constrói e reconstrói a realidade em processos de interação entre os sujeitos, levando em conta a relevância do contexto onde essa interação acontece.

A união de vários campos teóricos complementares tem caracterizado a prática de pesquisas qualitativas nas quais este trabalho se encaixa, e se justifica pela abrangência e aprofundamento almejados nas análises fundamentadas com a contribuição de diferentes ramos do saber.

Assim, apresentamos a sociolinguística interacional como principal quadro da pesquisa, porque envolve relações entre a linguagem, a sociedade e a cultura. Seguindo as bases teóricas desta área, a organização social dos significados ocorreu por meio de discursos interativos, em processos de negociação, segundo conceituação de Bortoni-Ricardo (2005, p.147):

Trata-se de um paradigma de base fenomenológica, interpretativista, que apresenta um arcabouço teórico interdisciplinar e uma metodologia bastante refinada para a descrição dos fenômenos da interação humana.

Segundo a mesma autora (2005, p.147), a sociolinguística interacional dialoga com outras áreas do conhecimento, que se apresentam como essenciais para o desenvolvimento deste estudo:

[...] o domínio da sociolinguística interacional, ramo das ciências sociais que faz interface com a linguística, a pragmática, a antropologia (na subárea da etnografia) e a sociologia (nas subáreas da etnometodologia e de análise da conversação), entre outras.

Fundamentamo-nos também na análise do discurso de Van Dijk (2008, p.17), compreendendo que *os discursos são produzidos e recebidos por falantes e ouvintes⁴ em situações específicas, dentro de um contexto sócio-cultural mais amplo.*

Para esse autor, a realização do discurso não se concretiza por um simples fenômeno cognitivo, mas por meio de interação que abrange o social e a cognição, sendo que as representações se constituem pelos atos discursivos.

Ratificando a visão de Van Dijk, Fairclough (2008, p.91) apresenta as práticas discursivas como elementos que produzem e transformam a sociedade (as

⁴ Os termos *falante* e *ouvinte* não são os mais apropriados para estudos sociointeracionais por limitar a interação à cadeia da fala e por designar papéis estáticos para interlocutores, por isso utilizamos outros termos, como *interagentes*.

identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença), sendo a constituição dos indivíduos como sujeitos, no processo de interação com os outros, realizada por meio do discurso.

Em articulação com as duas áreas apresentadas, utilizamo-nos ainda da psicologia social, que constitui por objeto a investigação dos processos simbólicos emergentes na interação dos sujeitos para construção e funcionamento dos sistemas de referência, ativados na classificação de pessoas e grupos quando se interpretam os fatos da realidade cotidiana.

Ressaltamos, ainda, que na interface do psicológico com o social, o estudo das representações sociais desperta interesse de diversas áreas das ciências humanas, a saber: sociologia, antropologia e história, permitindo efetivar sua vinculação com a ideologia, os sistemas simbólicos e as ações sociais. Essa multiplicidade de conexões com outras disciplinas próximas gera para o tratamento psicossociológico das representações o que se configurou ser denominado de *transversalidade*⁵, ou seja, a capacidade de atravessar e dialogar com múltiplas áreas do estudo científico.

Na análise de Foucault (1999, p.388), representação não é constituída meramente como objeto das ciências humanas, pois *ela é, como se acaba de ver, o próprio campo das ciências humanas, e em toda a sua extensão; é o suporte geral dessa forma de saber, aquilo a partir do qual ele é possível.*

3.2 Relações discursivas e psicossociais: alimentos de práticas cotidianas

Nesse ponto, a interrogação que surge na condução deste estudo é: o que entendemos por "representações sociais"? Na convivência rotineira com a comunidade a qual o sujeito pertence, constantemente as pessoas confrontam-se com vasta quantidade de informações. Os temas e acontecimentos apresentados como inovações no seio dessa comunidade, geralmente passam a exigir, por fazer parte do universo de convívio das pessoas e as afetar de alguma maneira, que haja esforço na busca pela percepção de seus significados, tornando essas novidades familiares àquilo que já foi incorporado à memória, utilizando palavras que já se inseriram em seus repertórios.

Diariamente, nas conversas estabelecidas em casa, no trabalho ou com os amigos, apresentam-se situações em que é necessária a nossa manifestação sobre fatos, elaboração de explicações, manifestação de julgamentos e declaração de posições.

Essas interações sociais vão concebendo os chamados "universos consensuais" no meio dos quais novas representações vão tomando forma e sendo comunicadas, de maneira que começam a integrar esse universo não mais como meras opiniões, mas como autênticas "teorias" do senso comum, criações estruturais válidas para a complexidade do objeto confrontado pela primeira vez, facilitando a comunicação e orientando as condutas. Essas "teorias" ajudam a moldar a identidade e o sentimento de pertencimento do ser ao grupo.

Para Moscovici (2007), a estrutura de determinada representação é composta por duas faces indissociáveis: uma figurativa e outra simbólica. Dessa maneira, associa-se a toda figura um sentido e a todo sentido uma figura, sendo que esses processos acontecem por meio dos mecanismos denominados de *objetivação* e

⁵ Segundo Guattari (2004:111) "a transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, quais sejam o de uma verticalidade pura e de uma simples horizontalidade". Define-se, assim, como extensão dialógica em diferentes níveis e sentidos das múltiplas ciências que compõem os processos teóricos que alicerçam essa pesquisa.

ancoragem. A atribuição de sentido a determinada figura abstrata, ou a materialização de certo objeto abstrato, foi chamada de *objetivação*, e a atribuição de contexto que permita a interpretação desse objeto foi chamada de *ancoragem*, sendo através da *ancoragem* que a representação desvela seu caráter essencialmente social.

Moscovici (2007, p.71) caracteriza processo de objetivação como materialidade de certa abstração e, portanto, um dos maiores mistérios do pensamento e da fala, ou seja, a capacidade de transformar determinada representação em realidade, fazendo da palavra que substitui a coisa, a coisa que substitui a palavra, sendo esse aspecto altamente explorado por políticos e intelectuais com o objetivo de dominar as massas.

Jodelet (1984, p.368) apresenta três fases para o processo da objetivação, sendo a primeira a seleção e descontextualização dos elementos da teoria em decorrência de critérios culturais; a segunda, a formação de núcleo figurativo a partir dos elementos selecionados, estrutura imaginante responsável por reproduzir a estrutura conceitual: espécie de guia de leitura do mundo real; e a última fase, a naturalização dos elementos do núcleo figurativo, os elementos do pensamento se tornariam parte da realidade ou referentes para o conceito, portanto código comum que permitiria classificar pessoas e acontecimentos, estabelecer comunicação fazendo uso da mesma linguagem e, portanto, influenciando os outros.

Já o processo de ancoragem não apenas expressa relações sociais, mas contribui para sua constituição, fazendo integração cognitiva do objeto representado com sistema de pensamento social preexistente para servir à elaboração de novas representações. Contudo, como a representação sempre se constrói sobre algo já pensado, manifesto ou latente, a capacidade de tornar familiar o que era estranho pode, com a ancoragem, propiciar a manutenção de quadros de pensamento antigos ou posições preestabelecidas pelo uso de instrumentos como classificação, categorização e rotulação. Demonstrando que classificar, comparar, rotular supõem julgamento desvelador de algo da “teoria” que temos sobre o objeto classificado.

A associação com o imaginário acontece quando enfatizamos a característica simbólica representativa de sujeitos que compartilham a mesma condição ou experiência social: eles expressam em suas representações o sentido que dão às suas práticas no mundo social, usando os sistemas de códigos e interpretações gerados pela sociedade, propagando valores, expectativas e pretensões sociais.

Na concepção foucaultiana, o perfil histórico de uma época, designado *a priori*, é responsável pela determinação das associações possíveis de compartilhamento, definindo as teorias construídas no universo comum das pessoas e a veracidade do discurso:

Esse *a priori* é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro (FOUCAULT, 1999, p. 177).

Assim, pode-se afirmar que o fato de compartilhar uma mesma condição social, acompanhado de relação específica com o mundo, de valores, modelos de vida, constrangimentos e desejos, constituiria representação arraigada à expressão de afirmação, de solidariedade e afiliação grupal necessária à preservação da identidade social.

Na concepção de Moscovici (2007, p.57), os sujeitos em processos interativos, contextualmente situados, manifestam suas capacidades inventivas, suas afirmações, explicações e conceitos construídos no cotidiano referente a qualquer objeto, social ou natural, para torná-lo familiar e garantir a comunicação no interior do grupo ao qual pertencem.

Dessa maneira, não seria postura inconsequente afirmarmos que, conhecendo a história de uma formação social, bem como a postura dos atores envolvidos e as atitudes que historicamente tendem a assumir frente aos principais conflitos sociais, podem ser assinaladas tendências de ações e, por meio delas, construir reflexão que leve os atores sociais das práticas envolvidas à crítica de suas ações, verificando quais devem permanecer e quais devem ser extintas.

Foucault (1999, p.387) estabelece que o conflito mostra-se na representação por meio de necessidade, desejo ou interesse, ainda que conscientemente não sejam percebidos ou experimentados, sendo papel da regra *mostrar de que modo a violência do conflito, a insistência aparentemente selvagem da necessidade, o infinito sem lei do desejo estão, de fato, já organizados por um impensado que não só lhes prescreve sua regra, mas também os torna possíveis a partir de uma regra.*

Foucault (1999) revela, ainda, que o par conflito-regra assegura a representabilidade, mostrando de que modo as estruturas da vida podem dar lugar à representação e delimitar as possibilidades de exercício das ações.

Esse autor (1999, p.388) define que as empiricidades podem ser dadas à representação sob forma não presente à consciência (*a função, o conflito, a significação constituem, realmente, a maneira como a vida, a necessidade, a linguagem são reduplicadas na representação, mas sob uma forma que pode ser perfeitamente inconsciente*). Na visão desse autor, a transparência representacional só pode ser atingida, em dada experiência cotidiana, por meio de processo reflexivo.

3.3 Representação social e identidade

Embora a representação social tenha raízes ligadas à sociologia e à antropologia, coube à psicologia social a sua elaboração teórica, portanto é inevitável citar que esta pesquisa possui raízes ligadas, também, a esse campo de estudo, tendo em vista os fundamentos do interacionismo simbólico presente neste estudo, que têm suas origens na psicologia social de Mead (1972).

Procurando compreender o processo de descrição sociológica do indivíduo, o foco desta pesquisa é a imagem representativa que o professor tem de seu trabalho e das normas com as quais convive.

Segundo Pêcheux (2006), o homem compreendido como ser político, revestido de ideologia, tem na linguagem a forma substancial de processos ideológicos de fundamental importância. Esse autor apresenta, ainda, argumento para a compreensão de ideologia quando a descreve, no meio social, como formas materiais e não meramente ideias incorpóreas.

Aliado à concepção althusseriana, Fairclough (2008, p.52) define ideologia em relação à constituição dos sujeitos:

[...] a ideologia funciona pela constituição (interpelação) das pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito, enquanto ao mesmo tempo lhes dá a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família ou o direito, que na concepção de Althusser funcionam como dimensões ideológicas do Estado.

Buscando a representação social constituída pelos pesquisados, torna-se necessário verificar alguns conceitos sobre construção da identidade, pois essas duas definições interligam-se formando totalidade complexa, em que representação é compreendida por processo cultural estabelecido dentro de identidades individuais ou coletivas.

Segundo Hall (2005, p.11), o sujeito sociológico, nos séculos XIX e XX, reflete a complexidade do mundo moderno *A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o 'interior' e o 'exterior' — entre o mundo pessoal e o mundo público.*

Ainda segundo Hall (2005), apesar de caber à psicologia os estudos dos processos mentais do indivíduo, coube à sociologia fornecer a crítica ao individualismo racional do sujeito cartesiano, situando-o dentro de um contexto coletivo de participação social:

[...] localizou o indivíduo em processos de grupo e nas normas coletivas as quais, argumentava, subjaziam a qualquer contrato entre sujeitos individuais. Em consequência, desenvolveu uma explicação alternativa do modo como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham. Essa “internalização” do exterior no sujeito, e essa “externalização” do interior, através da ação no mundo social [...], constituem a descrição sociológica primária do sujeito moderno e estão compreendidas na teoria da socialização (HALL, 2005, p. 31).

Destaca-se ainda dos estudos de Hall (2005), como ponto de vista surgido na pós-modernidade, a partir da primeira metade do século XX, o deslocamento do sujeito. Desta forma, não existiria somente uma, mas várias identidades, várias ‘posições de sujeito’, tornando-se algumas vezes essa identidade contraditória, como foi explicitado por esse autor:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...] (HALL, 2005, p.13).

Alves-Mazzotti (1994, p.61) observa que a noção de representação social, fundada nos pressupostos da psicologia social, foi introduzida por Moscovici em 1961, em estudo sobre a representação social da psicanálise. No ano de 1976, referindo-se a esse trabalho, Moscovici expressou sua intenção de redefinir o campo da psicologia social a partir daquele fenômeno, procurando dar ênfase à função simbólica e ao poder de construção do real.

Posteriormente aos estudos de Moscovici, sua principal colaboradora, Jodelet, assume a tarefa de sistematização das ideias do mestre, e oferece sua contribuição para o aprofundamento teórico do tema, esclarecendo melhor o conceito e os processos formadores das representações sociais:

Há muitas formas de conceber e de abordar as representações sociais, relacionando-as ou não ao imaginário social. Elas são associadas ao imaginário quando a ênfase recai sobre o caráter simbólico da atividade representativa de sujeitos que partilham uma mesma condição ou experiência social: eles exprimem em suas representações o sentido que

dão a sua experiência no mundo social, servindo-se dos sistemas de códigos e interpretações fornecidos pela sociedade e projetando valores e aspirações sociais. A marca social dos conteúdos ou dos processos se refere às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam e às funções que elas servem na interação do sujeito com o mundo e com os outros [...] (JODELET, 1990, p. 361,362).

3.4 Ideologia e hegemonia: bases sociais representativas

Considerando a característica transversal desse estudo, neste ponto apresenta-se articulação do conceito de representação com o sentido de ideologia, de Althusser (2007) e de Gramsci (1978), percebendo as representações como práticas discursivas, e destacando que sua transformação pode dar-se no plano das lutas hegemônicas que ocorrem na esfera pública e na correlação com o mundo individual.

Esquadrinhar o sustentáculo de uma representação pode levar-nos a descobrir que sua origem está demasiadamente distante e pode relacionar-se com algum conflito histórico. Ou ainda, demonstrar que essa representação possui determinada funcionalidade dentro da sociedade, mas também que em dado momento, independentemente da história ou da conjuntura, determinada representação pode estar a serviço de práticas hegemônicas que concorrem para manutenção de certa elite no controle do poder.

Althusser (2007, p.104) refere-se à ideologia em dois sentidos: distingue inicialmente uma *teoria da ideologia em geral*, que estaria presente em qualquer sociedade humana, independentemente dos interesses particulares, cuja função é assegurar a coesão social, por meio de um conjunto de ideias, conceitos, valores e visões de mundo compartilhadas, contrapondo-se a uma *teoria das ideologias específicas*, em que a primeira função é sobredeterminada pela segunda: assegurar a dominação de uma classe. Esse segundo conceito de ideologia, baseado em Marx, seria no entendimento althusseriano, apenas uma das faces da ideologia; antes dele, haveria outro terreno: o das ideias e representações da sociedade em geral sobre o qual se formam e se assentam as influências e manifestações das ideologias particulares. Assim posto, o aspecto sociológico e político da ideologia ficariam vinculados ao papel determinante da constituição das identidades e dos sujeitos.

As ideias e visões de mundo dos indivíduos apoiam-se em suas práticas. Assim, estabelecem quais papéis são legítimos e quais são estigmatizados, estando à força da ideologia, como ideologia geral, centrada no seu caráter performativo. O fato das crenças e representações, consolidadas no terreno da ideologia em geral, fundamentarem práticas, propicia que tais elementos estejam sujeitos a entrar no campo ideológico com o sentido das *ideologias específicas*: as práticas dos sujeitos, que fixadas numa relação social, reproduzem ou transformam os sistemas sociais e, por isso, sustentam ou superam as relações de poder e o *status quo* das classes sociais. Assim, os elementos que constituem a ideologia configurada como geral estariam predispostos a nova redefinição consoante a atribuição de importância ideológica das diversas classes sociais disseminadas pelos chamados Aparelhos Ideológicos de Estado, (ALTHUSSER, 2007), inseridos nas várias esferas da realidade cotidiana das vivências pública e privada, tais como igreja, trabalho, família etc.

Pode-se afirmar então que os elementos constitutivos da ideologia em geral, por assim dizer, constituem a base das ideologias particulares.

Na visão de Althusser, esse processo não se constitui isoladamente no tempo, pois o próprio campo da ideologia em geral seria uma forma de depósito cumulativo, resultante de outras fases da história, outras maneiras de resistência, de lutas de classe, outras lutas por novas formas de exercício de poder, de supremacia, consistindo em fonte para a compreensão do enfrentamento de classes dentro de dado momento histórico destacado.

Para Gramsci (1978, p.377), a ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações; *ela é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc..* Contudo, ela é mais que um sistema de ideias, pois também relaciona a capacidade de inspirar atitudes concretas e orientar ações, outra vez evidenciando seu caráter performativo. Nesse ponto, defendo que a prática hegemônica de dada ideologia dominante pode gerar visão de mundo supostamente mais coerente e sistemática, que não só influenciaria a massa da população, mas também serviria como princípio de organização das instituições sociais. É *na* ideologia e *por meio* dela que determinada classe pode exercer sua supremacia sobre as outras, isto é, pode assegurar a *adesão* e o *consentimento* das grandes massas. Aqui, destacam-se as práticas por meio das quais os sujeitos, definidos em grupos sociais organizados, buscam adeptos para garantir a predominância em torno de suas interpretações sobre o mundo e sobre as organizações sociais, introduzindo-as nas práticas e rituais do dia a dia. É importante ressaltar que nessas tentativas de criar coerência específica para o real, alguns aspectos podem extinguir-se e outros se fixarem, ultrapassando os já existentes ou intercalando-se com eles.

3.5 Discurso e permanência de poder social

O aspecto visitado nesse tópico refere-se ao papel do poder disseminado nos discursos sociais em momentos de interação. Para a discussão pretendida, poder é explicado como propriedade das relações sociais, expressa nos processos interacionais quando as ações concretas ou latentes de alguém, podendo ser uma pessoa ou grupo, impõem redução de liberdade social em relação a outrem.

Van Dijk (2008, p.42,43) ensina que em contexto social distinto das situações onde acontece o exercício do poder pela força física, o controle social diário é exercido sobre a cognição das pessoas a quem se pretende dominar. Esse processo de controle indireto das “mentes” dos indivíduos se dá pela supressão de informações ou opiniões necessárias para que possa elaborar ou realizar suas atuações.

Dessa maneira, a maior parte do controle social que acontece nas sociedades ocidentais na atualidade ocorre por meio de domínio cerebral persuasivo, por comunicações discursivas ou como resultado do medo de sanções impostas pelo grupo dominador, no caso de não ter atendidos os seus desejos. Contudo, esse controle mental constitui exercício de poder que deixa brechas aos subjugados para que possam esboçar alguma liberdade e resistência.

No meio escolar, no que se refere ao ensino de português, a imposição de um estudo de língua desvinculado da realidade comunicativa do aluno, estruturada no ensino de regras gramaticais e de uma norma-padrão abstrata, distante do uso efetivo e diário dos estudantes, provoca reação de resistência. Conforme relato das colaboradoras desta pesquisa, após serem obrigados a usar, nas aulas de

português, modelo linguístico que não faz parte do seu repertório natural, os alunos resgatam a utilização de sua variedade natural nas aulas de outros professores e em suas interações, negando a prática daquilo que lhes foi imposto.

184. **FRIDA:** então é prática, então qualquer coisa que eles falam, ou é um plural, ou uma coisa assim que... não caiu bem, então o a gente vamos então, ele é terrível.
185. **ANITA:** é.
186. **FANI:** nossa! Eu ia comentar sobre isso.
187. **FRIDA:** é... vamos lá, volte para o seu lugar, aí você levanta de novo, vamos ver, volte primeiro, vai...
188. **Coord.:** rebobinar.
189. **FRIDA:** rebobine, aí agora comece novamente, aí ele... começa e aí já... vai falando, pensando..., se erra, aí não! Recomece. Até praticar mesmo, praticar o uso da língua, porque aí ele vai percebendo o...
190. **ANITA:** é.
191. **FRIDA:** o que ele está falando, e agora? Agora eu posso, professora? Falei direitinho, professora? Falou. Então... só que não é toda hora que você pode fazer isso dentro de sala da aula, né?
192. **ANITA:** é, é.
193. **FRIDA:** dentro de sala.
194. **TARSILA:** é, é exatamente aquela história, né? De você falar, eles aprendem, agora na hora de colocar a prática cadê a... a prática que eles não têm?
195. **FRIDA:** o *feedback*, é...
196. **ANITA:** é.
197. **TARSILA:** não é? E... pelo fato.... só pra fechar, dele tá tão acostumado... ele acaba o que... usando o que tá todo mundo usando.

Van Dijk (2008, p.42-44) afirma que o poder pode ser intencional ou involuntário, exercido para manter ou ampliar a base de autoridade de determinado grupo predominante.

O exercício do poder ou sua preservação perpassa pela comunicação direta por meio de pedidos, comandos ou ameaças. Geralmente envolve mais de uma forma de atuação, consistindo da interação social dentro de consenso ou de contestação fundamentadas ideologicamente. Esses fundamentos ideológicos alicerçam-se na cognição e são partilhados e relacionados pelos interesses dos membros de certo grupo, sendo obtidos, validados ou alterados por meio do discurso.

Conforme Van Dijk (2008, p.47), a ideologia e as práticas ideológicas derivadas dela são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições, como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja, bem como por instituições informais, como a família, mas alerta que embora haja práticas e instituições sociais que representem papel importante para a expressão, exercício ou reprodução da ideologia, não se pode afirmar que ideologia seja essas práticas ou instituições, mas como marco inicial pode-se afirmar que ideologia é uma forma de cognição social.

Geralmente os grupos dominantes tendem a ocultar sua ideologia, procurando fazer com que essa seja acatada como um sistema de valores, norma ou objetivos gerais ou naturais incorporados à formação do consenso. Assim reproduzida, a ideologia e o poder que desponta dela assume um formato hegemônico na sociedade. Por essa análise, o autor concebe ideologia como estrutura complexa que controla formação, transformação e aplicação de outras formas de cognição social, como conhecimento, opiniões, posturas e representações

sociais. Essa estrutura é constituída de normas, valores, metas e importantes princípios selecionados, combinados e aplicados de maneira a salientar representação, interpretação e ação das práticas sociais a fim de trazer benefícios ao grupo como um todo. Dessa maneira, pode-se afirmar que é a ideologia que garante coerência às condutas que auxiliam a produção das práticas sociais.

Destaca-se que cognições sociais ideológicas não se fundamentam em crenças ou opiniões individuais, mas predominantemente nas representações de membros formadores ou instituições sociais, que reconstroem a realidade em conformidade com interesses de quem controla os meios ou as instituições de produção e reprodução ideológica, como os meios de comunicação e as instituições de ensino. Dessa forma, a crença, fundamentada em princípios socialmente relevantes, é base sobre a qual se assenta a formação sociocognitiva da ideologia, podendo ser falsa ou verdadeira; e, ainda, nos discursos, em especial das instituições e dos grupos poderosos, que são capacitados como mediadores e administradores dessas crenças. As pessoas, por sua vez, apoiam seus discursos no poder das instituições as quais estão vinculadas (VAN DIJK 2008, p. 48,49).

O poder institui-se na base de recursos que permitem aplicação de sanções. E esses recursos são representados por atributos ou bens socialmente valorizados e desigualmente distribuídos, podendo ser exemplificados como riqueza, autoridade, conhecimento, privilégios, pertencimento a determinado grupo etc.

O autor ressalta que as circunstâncias essenciais e determinantes para a prática do controle social decorrente do discurso, estabelecem-se por meio do seu domínio e da sua produção. Meios diferentes de acesso aos conteúdos e estilos de discurso impõem silêncio aos dominados diante das vozes das pessoas mais poderosas.

Assim, nas salas de aula, espera-se que a fala e as informações dos dominados ocorram apenas quando solicitadas ou ordenadas, sendo a produção do discurso controlada pelas elites simbólicas, baseada no poder simbólico⁶ de decidir e determinar as discussões, os tópicos, estilo e formato de apresentação de determinado discurso.

No trecho abaixo, colhido dos dados gerados pela gravação com o grupo focal, as colaboradoras deste estudo relatam como o controle do que pode ser dito e como pode ser dito nas aulas de português exerce exclusão da produção discursiva do aluno no ambiente escolar, espaço representativo do poder institucional do Estado: tal controle é efetivado pela imposição de determinado modelo linguístico pelo professor.

59. **TARSILA:** então eles tomam um susto muito grande quando chegam na escola..., chegam à escola, e nós trabalhamos..., exigimos dele a linguagem formal, a língua portuguesa, não é? E... o quê que eu percebo?... Que tá muito distante deles, a língua que eles falam... e a língua formal.

60. **ANITA:** a realidade...

61. **TARSILA:** a língua que deveriam falar.

62. **FANI:** é completamente diferente...

63. **TARSILA:** que deveriam usar. Então dá a sensação que eles tão aprendendo uma língua estrangeira.

64. **ANITA:** é. É verdade!

65. **TARSILA:** a língua portuguesa, então..., assim é...

66. **ANITA:** eu sinto isso também.

⁶ Conforme Bourdieu 1977.

67. **TARSILA:** ela deixa de ser materna, né?
68. **ANITA:** é.
69. **TARSILA:** porque, ué? Então o que eu falo não existe?
70. **ANITA:** é.
71. **TARSILA:** tanto que eles falam assim: “ah, professora, a senhora entendeu, né?” Bom, aí nós vamos entrar em outro campo que é a questão da comunicação.
72. **ANITA:** é.
73. **TARSILA:** existe a, hou, houve a comunicação? Você entendeu o que eu falei? O que você falou tem sentido? Tem. E o que nós observamos, né, **FRIDA**? Que ao elaborar uma resposta na prova... eles querem usar a linguagem formal, mas não sabem.
74. **ANITA:** humhum.

3.6 Representações sociais e ensino da norma-padrão

A teoria das representações estudada pelo prisma da psicologia social situa-se na perspectiva do senso comum como verdadeiras “teorias” coletivas sobre o real e objetiva levar o estudioso a descobrir a razão pela qual se criam representações ou se as empregam.

Moscovici (2007) e outros teóricos afirmam que a representação social constitui saber desenvolvido no cotidiano das relações sociais, em que os grupos de referência exercem fortes influências na construção individual das representações, observando que a representação social é preparação para uma ação, não somente na medida em que guia o comportamento, mas principalmente por ser responsável por remodelar e reconstituir os elementos do contexto no qual o comportamento deve ocorrer.

Dessa forma, representações sociais estabeleceriam o campo das comunicações possíveis, dos valores, das crenças, das atitudes ou ideias pertinentes e compartilhadas pelos grupos sociais, regendo quais as condutas desejáveis ou admitidas em determinado ambiente.

Pelo exposto, surgiu o interesse em realizar esta pesquisa com professores de língua portuguesa. Tal estudo nasceu da constatação de que os professores de língua portuguesa de escolas públicas, constantemente, são confrontados em sua prática docente com o desafio de proporcionar aos alunos, pertencentes às classes mais desfavorecidas, a habilidade de se apropriarem da norma considerada padrão pela sociedade.

É importante destacar que os estudos linguísticos geralmente destacam que um dos papéis institucionais da escola e do professor, consequentemente daquele que trabalha com o ensino de língua portuguesa, é a tentativa de ruptura com o ciclo da pobreza, pois, nos dias atuais, o denominado fracasso escolar das crianças pobres é a preocupação dominante no campo da educação e, dentro da visão sociolinguística do ensino, o comportamento linguístico é responsável pela estratificação social e manutenção de quadro de distribuição desigual de renda e de bens materiais e culturais (BORTONI-RICARDO, 2005).

O conceito de norma-padrão vem sendo objeto de reflexão de muitos estudos linguísticos. Há várias publicações com posicionamentos de estudiosos da linguagem que se preocupam em abordar tal conceito como objeto de trabalho.

Dessa forma, a pretensão desse estudo é demonstrar como as considerações e valorizações das variadas normas podem constituir instrumento direcionador para o trânsito do usuário da língua entre os diversos estratos sociais.

Faraco (2008, p.94) justifica a pertinência de discutir a noção de norma devido à percepção conservadora, elitista e excludente que ainda impera nas instâncias da

vida social, nas salas dos professores e, inclusive, nas salas de aula, pois embora fundamentada em concepções medievais, a noção de norma-padrão abstrata tomou o imaginário coletivo como sinônimo de língua e ainda é preponderante no meio escolar, sendo responsável pela realização de ensino tradicional, fundamentado em regras gramaticais absoletas e distantes da realidade linguística contemporânea.

O autor defende a legitimidade de todas as normas e denuncia a perversidade do sistema linguístico baseado na pressuposição de sistema unitário e homogêneo, evidenciando o caráter político e excludente da escolha de determinada norma como símbolo de correção, porque essa eleição torna as demais variedades, distintas da escolhida, preteridas, apontando-as como incorreção ou erro.

Propõe, também, debate nacional sério sobre essas questões e preconiza a adoção de norma culta/comum/standard baseada na variedade falada pelos letrados da sociedade brasileira nos centros urbanos, em situações de monitoramento. (FARACO, 2008, p. 73).

Diante das constatações dos estudos linguísticos referidos sobre o caráter conservador do ensino de língua portuguesa, que têm contribuído para a manutenção de sociedade desigual em termos de distribuição econômica e de oportunidades, procurou-se investigar junto a alguns atores sociais, professores de língua portuguesa, que percepções, crenças, valores, atribuições e atitudes possuíam no desempenho de sua função e quais expectativas mantinham com relação ao exercício de ensino-aprendizagem, pois o homem não vive isolado, mas constitui-se essencialmente como ser social, inserido em contexto histórico e cultural definidos pela construção constante de valores, analisados e julgados no domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos da sociedade.

Considerar as respostas individuais do sujeito significa descobrir as tendências dos grupos aos quais ele pertence, dentro daquilo que, na concepção de Bourdieu (2007), o campo social autoriza, observando a exteriorização da realidade subjetiva que cria, recria e transforma a realidade social.

As representações assim apresentadas pressupõem uma modalidade para o conhecimento de mundo que emerge das interações sociais engendradas no cotidiano que se pretende estudar.

No caso específico aqui apresentado, a pesquisa pretendida associa-se à aspiração de vislumbrar melhor compreensão da problemática do ensino da língua. Buscando, sobretudo, explicitar a necessidade de reflexão sobre as construções das representações que convergem em ações reais no ensino da língua, investigando *a maneira e a razão* que orientam e justificam essas percepções, crenças, valores, atribuições, atitudes e expectativas construídas e mantidas dentro de certo conjunto de significados socialmente cristalizados e repartidos entre os atores estudados.

4 Considerações finais

Nesta breve revisão do campo de estudo das representações sociais, procuramos destacar, paralelo aos seus aspectos teóricos, suas aplicações relacionadas à área da educação — especialmente as possíveis contribuições de análises sobre o aspecto de ensino-aprendizagem —, observando que essa abordagem é uma sugestão que vislumbra caminhos propícios para uma compreensão mais ampla do processo educacional. Duas intenções perpassaram o desenvolvimento deste trabalho. A primeira foi demonstrar que, embora haja muitas críticas relacionadas a estudos que se embasam em métodos qualitativos, a teoria

das representações sociais oferece um instrumental extremamente útil ao estudo da influência do imaginário social sobre o pensamento e as ações das pessoas e grupos. A segunda intencionalidade foi evidenciar que investigações dessa natureza visam à reflexão de professores e pesquisadores sobre as possibilidades facultadas por esse campo de estudos para a percepção dos sistemas simbólicos que, agindo no nível de grupos sociais e do macrossocial, afetam as interações cotidianas na escola, concorrendo para o bom desempenho escolar ou estabelecendo o fracasso dentro do desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Fica explícito que o estudo das representações sociais sucede-se na união de suas duas faces a simbólica e a material, ou seja, não lidamos somente com objetos simbólicos ou subjetivos, mas também com a sua materialidade. Primeiro na sua origem, tendo em vista seus componentes referenciais, os dados do mundo real – concretos ou conceituais – nos quais as representações se fundamentam e, segundo, em sua atualidade e objetivação, ou melhor, na forma como essas representações transformam-se em práticas, em ações, inscrevendo-se nas relações sociais e repercutindo de maneira concreta na vida das pessoas. Essa última face revela nitidamente a dimensão social da representação: o fato das representações converterem-se em práticas - caráter performativo -, tornando-se elementos objetivos, reais no âmbito da sociedade. Aqui, ressalta-se que esse alcance é estabelecido, sobretudo, pela comunicação social, que tem uma função essencial nas transformações e nas interações constituintes do consenso social.

Evidentemente, quando certa representação torna-se objeto de pesquisas das Ciências Humanas, de alguma maneira ela já penetrou ou está penetrando no campo discursivo. Contudo, muitas vezes o máximo que se pode ser feito é reconhecer como as representações, presentes em um momento histórico com sua forma peculiar de uso naquele momento, são ou podem ser colocadas a serviço de uma ideologia ou luta hegemônica.

Nos notórios enfrentamentos de classes, os valores e interesses são as motivações, porém para que possam se mover, eles necessitam de uma matéria, de um repertório de significados e de referenciais comuns que possibilitem a comunicação. O conteúdo desse repertório, que Althusser denomina de ideologia em geral, será aqui assumido como representações sociais. Essas incluiriam desde as representações mais antigas, até as diretamente relacionadas com as concepções de ordem e organização social, bem como, as percepções sobre a posição dos sujeitos na organização, identificando a si e ao outro dentro de papéis, de categorizações dos indivíduos e dos grupos. Na prática discursiva da esfera pública, em que há grupos em situação conflituosa ou com interesses comuns em busca de hegemonia, certos significados podem paulatinamente vencer e atingir relativa estabilidade ou, podem tornar-se hegemônicos. Assim, as representações sociais são transformadas, mas esse não representa o único meio de transformação dessas, ou ainda que todas as representações, com seu caráter performativo, estão a serviço das classes dominantes e do poder estabelecido.

A opção desse trabalho é pensar as representações sociais como matéria comunicativa do cotidiano, que estabelecem uma perspectiva diferente às ações dentro da esfera pública e da luta hegemônica. Sua relevância está no fato de que são as representações, em última instância, que modelam as práticas diárias dos indivíduos. Desse modo, assim como no cotidiano, as representações teriam caráter performativo - direcionamento das ações e disposição do real - ao adentrar o campo político, esse caráter performativo assume o sentido althusseriano: repercussão dos atos e do posicionamento dos sujeitos dentro das organizações sociais. Portanto, ao

nível psicossocial do conceito de representações sociais, seria acrescentado também o nível sociológico.

Observando-se que os processos de comunicação social podem ser e, geralmente são assimétricos, retoma-se a questão das desigualdades e diferenças sociais, seja no sentido material, como observado por Bortoni-Ricardo (2005), acesso a bens e recursos culturais e comunicativos, seja no sentido simbólico de construção da identidade ou no posicionamento e reconhecimento dos indivíduos e grupos sociais entre si.

Se o conhecimento das representações sociais, dos professores colaboradores da pesquisa em andamento, puder ajudar a torná-lo um professor-pesquisador de suas práticas tornando-os mais conscientes em um processo contínuo de reflexão sobre o papel que eles desempenham na construção de um ensino que, dentre outras funções, pretende propiciar ao aluno uma maior mobilidade social sem que para isso tenha que se cometer a violência simbólica de destituí-lo de sua variedade vernacular, responsável por sua identidade social dentro do grupo ao qual pertence, já terá demonstrado sua utilidade.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: I-EK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 9ª ed. São Paulo, Hucitec, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1989.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 9ª ed. São Paulo: Vozes, 2001.

HALL, Stuart et al. *Da Ideologia: Althusser, Gramsci, Lukács, Poulantzas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

JODELET, Denise. La Representación Social: Fenómeno, Concepto e Teoria. In: MOSCOVICI, Serge (Org). *Psicologia Social*. Buenos Aires: Paidós, 1986.

_____. *Las Representations Sociales*. Paris: Presses Universitaire de France, 1989.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: A Construção Simbólica de Espaços Públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise de Discurso*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

MANHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOSCOVICI, Serge. *A Máquina de Fazer Deuses*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. O Mecanismo do (Des) conhecimento Ideológico. In: LIEBOWITZ, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

SÁ, Celso Pereira de. *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.

_____. *O Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SPINK, Mary Jane et al. *Práticas Discursivas e Produção dos Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Desvendando Teorias Implícitas: Metodologia de Análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHLOVITCH, Sandra (Org.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VALA, Jorge. Representações Sociais: Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social. In: VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benedita (Org.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.